



O QUE O
**INVESTIMENTO
SOCIAL PRIVADO**
PODE FAZER
POR...?



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**UM GUIA PARA INVESTIDORES SOCIAIS PRIVADOS E
ORGANIZAÇÕES FILANTRÓPICAS INICIAREM ESTRATÉGIAS
DE APOIO FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

O QUE O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE FAZER POR MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

UM GUIA PARA INVESTIDORES SOCIAIS PRIVADOS E ORGANIZAÇÕES FILANTRÓPICAS INICIAREM ESTRATÉGIAS DE APOIO FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

São Paulo | 2019
1ª impressão

Supervisão geral: José Marcelo Zacchi
Coordenação: Erika Sanchez Saez e Gustavo Bernardino
Parceiro técnico responsável pela publicação: Move Social
Pesquisa e redação: Gabriela Brettas
Relatoria e sistematização: Walquíria Tiburcio
Projeto gráfico e diagramação: Lúcia de Menezes e Daisy Biagini Porto

Realização: GIFE
Apoio: Fundação Grupo Boticário e Instituto Clima e Sociedade
Promoção: Fundação Grupo Boticário, Instituto Clima e Sociedade e Observatório do Clima

© 2019 GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas

GIFE

Conselho de governança

Ana Helena de Moraes Vicintin – Instituto Votorantim
Átila Roque – Fundação Ford
Beatriz Azeredo – TV Globo
Fábio Deboni – Instituto Sabin
Leonardo Gloor – Fundação ArcelorMittal
Marcos Nisti – Alana
Maria Alice Setubal – Fundação Tide Setubal (Presidente)
Maria de Lourdes Nunes – Fundação Grupo Boticário
Mônica Pinto – Fundação Roberto Marinho
Pedro Massa – Instituto Coca-Cola Brasil
Ricardo Henriques – Instituto Unibanco
Virgílio Viana – Fundação Amazonas Sustentável

Conselho fiscal

Andrea dos Santos Regina – Serasa Experian
Cibele Demetrio Zdradek – Instituto Grupo Boticário
Cristiano Mello de Almeida – Banco J.P. Morgan

Secretário-geral

José Marcelo Zacchi

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a toda equipe do GIFE, em especial a Aline Rosa, Andréa Almeida, Giovana Bianchi, Graziela Santiago, Mariana Moraes e Thaís Rodrigues.

Às organizações copromotoras do tema mudanças climáticas neste projeto: Fundação Grupo Boticário, Instituto Clima e Sociedade e Observatório do Clima.

A todos os participantes do workshop que, gentilmente, contribuíram com o processo de pesquisa e produção de conteúdo deste guia: Alexandre Nakano (Votorantim Cimentos), Amália Safatle (Revista Página 22), André Ferretti e Juliana Baladelli Ribeiro (Fundação Grupo Boticário), André Luiz Ferreira (Instituto Energia e Meio Ambiente), Caio Coimbra (Purpose), Carlos Rittl (Observatório do Clima), Glaucia Barros (Avina), Jéssica Campanha e Roberto Resende (Iniciativa Verde), João Paulo Capobianco (Instituto Democracia e Sustentabilidade), Luiza Souza (Instituto Clima e Sociedade), Márcio Astrini (Greenpeace), Mariana Rico (Instituto Estre Ambiental), Marina Piatto (Imaflora), Renata Piazzon (Arapyaú), Ricardo Gravina (Climate Ventures), Rodrigo Perpétuo (ICLEI) e Sérgio Leitão (Instituto Escolhas).

Realização



Promoção



Apoio



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. Mudanças climáticas: do que estamos falando?	6
2. Desvendando o problema: quais são os principais desafios envolvidos?	12
3. Caminhos de atuação: como o investimento social privado pode contribuir?	14
a. Incorporação do tema de mudanças climáticas de modo transversal às áreas de atuação já existentes.....	17
b. Fomento a iniciativas inovadoras voltadas a questões climáticas	20
c. Desenvolvimento e implementação de ferramentas financeiras	23
d. Fomento a modelos sustentáveis de negócio.....	26
e. Produção e disseminação de conhecimento.....	29
f. Mobilização para a causa climática	31
g. <i>Advocacy</i> para questões climáticas.....	33
4. Recomendações finais para atuação do ISP	36
REFERÊNCIAS	38

APRESENTAÇÃO

O projeto ***O que o Investimento Social Privado pode fazer por...?*** é uma iniciativa do GIFE que tem como intenção ampliar a atuação do Investimento Social Privado (ISP) brasileiro de modo a diversificar e expandir seu trabalho para outras temáticas relevantes da agenda pública e contemporânea. Dessa forma, o projeto busca fomentar o engajamento dos investidores em assuntos ainda pouco explorados no campo, com o objetivo de refletir sobre quais são as contribuições potenciais para as diversas temáticas da agenda pública e seus desafios. Temas como cidades sustentáveis, mudanças climáticas, água, gestão pública, equidade racial, direitos das mulheres, migrações e refugiados, dentre outros, serão abordados nesta iniciativa.

Conheça mais sobre os temas na [série sobre o projeto no canal do Youtube do GIFE](#) ou no [site do projeto](#).

Com isso, além da diversificação da atuação do ISP, a iniciativa pretende identificar caminhos possíveis de incidência, fomentar parcerias, contribuir com a articulação entre organizações investidoras e outros atores importantes em cada tema e reforçar o engajamento do campo com pautas da agenda pública contemporânea, dialogando também com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030.

Assim, para cada temática, o projeto inclui as seguintes etapas: pesquisa de conteúdo e contexto; escuta de interlocutores de referência; realização de *workshop* com pessoas e organizações especialistas; produção de

vídeos temáticos; e elaboração de um guia como este. Todo o material produzido é reunido em uma plataforma *online*: isppor.gife.org.br.

Para desenvolver cada uma das temáticas do projeto, o GIFE conta com a parceria de organizações copromotoras, reconhecidas por sua atuação, experiência ou investimento nos assuntos abordados, sendo pelo menos uma delas caracterizada como investidora social privada e pelo menos uma organização da sociedade civil referência no tema. No caso de mudanças climáticas, a iniciativa está sendo desenvolvida com a participação e a curadoria da Fundação Grupo Boticário, do Instituto Clima e Sociedade (ambos também financiadores) e do Observatório do Clima.

Para apoiar investidores sociais privados que tenham interesse em iniciar ou fortalecer sua atuação no tema **mudanças climáticas**, este guia inclui: subsídios básicos relacionados ao tema (incluindo conceitos e informações sobre panorama, contexto e tendências); desafios envolvidos; e, em especial, caminhos e possibilidades de atuação de organizações do ISP nesse campo. Os conteúdos abordados foram produzidos a partir de entrevistas, de pesquisa bibliográfica e das contribuições oriundas do *workshop* com especialistas sobre o tema retratado.

Com isso, esperamos chamar a atenção de atores do campo social para a importância dessa agenda, além de disponibilizar insumos e inspirar formas inovadoras e relevantes de intervir na realidade social e ambiental.



ACESSE O SITE DO PROJETO

1

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

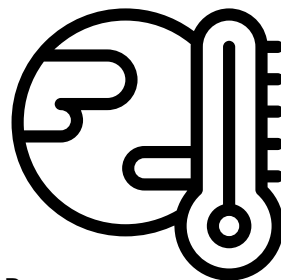
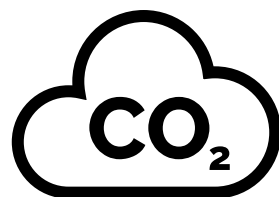
Até o momento, o planeta já registra um aquecimento de 1,1°C em relação às médias de temperatura antes da Revolução Industrial, sobretudo em função do crescente consumo de combustíveis fósseis no mundo, o que tem acarretado um aumento na concentração dos chamados gases de efeito estufa. Esse aumento na temperatura média global tem afetado determinadamente a dinâmica climática, provocando alterações nos padrões climáticos aos quais estamos acostumados – que podem ser verificados no aumento da quantidade de dias extremamente quentes, nos dias consecutivos sem chuvas seguidos por chuvas torrenciais, no aquecimento das águas oceânicas, no derretimento das geleiras ou na submersão de grandes faixas de terra –, o que traz consequências diretas nas dinâmicas demográficas, sociais e econômicas nos territórios mais atingidos.

No Brasil, em 2016, foram emitidas

2,27 bilhões

DE TONELADAS BRUTAS DE GÁS CARBÔNICO EQUIVALENTE.

Isso representa um aumento de 9% em relação ao ano anterior (mesmo com o país passando por período de recessão econômica) e de 32% em relação a 1990. (Observatório do Clima, 2018)



Para manter o aquecimento abaixo de 1,5°C, as emissões de CO₂ teriam que diminuir em cerca de

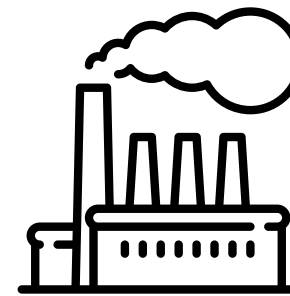
45%

entre 2010 e 2030 e as emissões líquidas de gases de efeito estufa precisam ser zeradas até 2050.

(Climainfo, 2019)

NO BRASIL, O PRINCIPAL GÁS DE EFEITO ESTUFA EMITIDO É O CO₂ (73% DAS EMISSÕES TOTAIS), SOBRETUDO EM FUNÇÃO DA QUEIMA DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E DA MUDANÇA DE USO DA TERRA, seguido do CH₄ (17%, que tem como principais fontes a produção pecuária e o tratamento de resíduos) e do N₂O (9%, proveniente da adubação de solo).

(Observatório do Clima, 2018)



O Brasil foi responsável por

4%

DAS EMISSÕES BRUTAS

e por **5%**

DAS EMISSÕES LÍQUIDAS GLOBAIS de gases de efeito estufa entre 1990 e 2016.

(Observatório do Clima, 2018)

NO BRASIL, AS MUDANÇAS NO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA CONSTITUEM A FATIA QUE MAIS EMITE GASES DE EFEITO ESTUFA (51% DAS EMISSÕES BRUTAS EM 2016),

seguido da agropecuária (22%, sendo a maior parte proveniente de produção animal) e da geração de energia (19%).

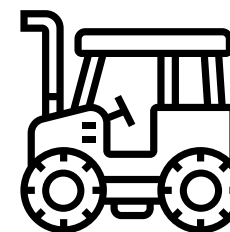
(Observatório do Clima, 2018)

EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS, A AGROPECUÁRIA É A PRINCIPAL FONTE DE GASES, RESPONSÁVEL POR

74%

das emissões em 2016 (maior parte em função da conversão de florestas em pastos e agricultura), seguida pelo setor de transportes (9% das emissões) e indústria (8%).

(Observatório do Clima, 2018)



GLOSSÁRIO

Ao longo deste guia, aparecem alguns termos mais técnicos, que são aqui explicados de forma simples para apoiar a sua leitura.

Capital natural

é o estoque de recursos naturais renováveis e não renováveis (ex: ar, água, solo, plantas, etc), com ênfase em sua importância para o desenvolvimento das atividades econômicas.

Gases de efeito estufa (GEE)

são gases que absorvem e retêm parte da radiação infravermelha no planeta, impedindo a perda de calor para o espaço e mantendo a Terra aquecida. Esse agrupamento inclui o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), perfluorcarbonetos (PFC's) e também o vapor de água, entre outros.

Emissões brutas de GEE

quantidade total de gases emitidos.



O tema mudanças climáticas na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda global adotada em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Os ODS são compostos por 17 objetivos e 169 metas, que devem ser atingidos até 2030 e incluem ações relacionadas a diversos temas voltados a quatro dimensões principais: social, ambiental, econômica e institucional.

Para que os ODS sejam alcançados, é fundamental o diálogo, o compromisso e o envolvimento de diversos setores, incluindo governos nacionais e locais, a sociedade civil (as organizações, coletivos e movimentos sociais), o setor privado e a academia.

O tema mudanças climáticas tem destaque no *Objetivo 13 - Ação contra a mudança global do clima*: "Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos". Este objetivo inclui metas relacionadas à resiliência e adaptação

a riscos a catástrofes naturais (13.1), integração das medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais (13.2) e melhoria da educação, conscientização e capacidade humana e institucional (13.3).

Além disso, os ODS 6 (Água potável e saneamento), 7 (Energia limpa e acessível), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 14 (Vida na água) e 15 (Vida terrestre) estão diretamente relacionados ao tema de mudanças climáticas.



SAIBA MAIS



SOBRE OS ODS E A AGENDA 2030 na [Plataforma da Estratégia ODS](#) e na [Plataforma de Filantropia dos ODS do Brasil](#).

1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Persistindo os atuais modelos de produção econômica e padrão de consumo e interação socioambiental, a perspectiva de aquecimento global para as próximas décadas é alarmante e suas consequências podem ser irreversíveis: crises hídricas e alimentares; aumento no nível do mar levando a inundações costeiras; salinização de áreas agrícolas e crises de abastecimento de água potável nessas regiões; extinção e redistribuição geográfica de espécies de plantas e animais (biodiversidade); profusão de doenças transmitidas por mosquitos; migrações forçadas e "refugiados climáticos"; dentre tantos outros impactos nas atividades econômicas e no bem-estar social.

Especialistas da área alertam para um efeito perverso relacionado ao aquecimento global: quanto mais as mudanças climáticas se concretizam, maiores são os desafios encontrados para se lidar com elas, uma vez que diversos problemas econômicos e de infraestrutura são gerados em função de eventos catastróficos – em geral, afetando mais diretamente as populações mais pobres –, o que acaba por demandar ações imediatas e circunstanciais, diminuindo a capacidade de investimento em soluções estratégicas e sustentáveis no longo prazo.

Nesse cenário, é preciso que haja um grande esforço multissetorial no sentido de estabilização da temperatura média global, o que passa necessariamente pela redução das emissões e aumento das remoções de gases de efeito estufa. Para tanto, diversos países do mundo já pactuaram uma meta global de conter o aumento de temperatura (em relação aos níveis pré-industriais) abaixo de 2°C e com esforços para limitá-lo a 1,5°C – considerada uma meta no limite da margem de segurança (Acordo de Paris, 2015).

Ainda que as emissões de gases de efeito estufa sejam zeradas, o equilíbrio na concentração de gases na atmosfera e a estabilidade da temperatura global ainda levariam anos para serem alcançados. Tendo isso em vista, a reversão das tendências climáticas atuais passa por dois direcionamentos centrais: *mitigação* e *adaptação*. Por um lado, **mitigar** as emissões para reduzir os impactos gerados no ambiente – por exemplo, diminuindo as emissões de gases de efeito estufa –, no sentido de buscar enfrentar as causas que geram o efeito estufa.

Emissões

líquidas de GEE

- considera as remoções de gases, subtraindo essas quantidades “devolvidas” ao planeta do total de emissões.

Remoções de

CO₂ da atmosfera

- refere-se principalmente ao aumento de estoques de carbono de florestas naturais que estão protegidas pela ação humana, como resultado de alterações do uso da terra (como pastagens que viram floresta secundária) e da manutenção de florestas naturais em áreas protegidas, tais como terras indígenas e unidades de conservação.

Uso da terra

- refere-se às formas de alteração da ocupação territorial em decorrência da intervenção humana.

Metas climáticas

- são medidas em graus Celsius acima dos níveis médios de temperatura do planeta antes da Revolução Industrial. As metas dos países foram definidas voluntariamente, conforme suas contribuições ao Acordo de Paris.

1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

MARCOS IMPORTANTES NO DEBATE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Eco-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento: encontro organizado pela ONU no Rio de Janeiro que reuniu chefes de Estado de 178 países com o objetivo de debater os problemas ambientais mundiais. Dentre os documentos oficiais produzidos na conferência, destacam-se a Carta da Terra, as 'Três Convenções' e a **Agenda 21**.

Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável: realizado vinte anos após a Eco-92, também no Rio de Janeiro, este encontro teve a intenção de renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso e lacunas na implementação das decisões adotadas e tratando dos temas novos e emergentes. Além de reunir representantes de 188 nações, o evento foi marcado por forte participação social, sobretudo na Cúpula dos Povos – evento paralelo à conferência, que reuniu diferentes movimentos sociais, grupos e organizações da sociedade civil no diálogo em torno da crise socioambiental mundial.

Acordo de Paris: adotado na 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), é o primeiro tratado universal em resposta às mudanças climáticas e que busca reforçar a capacidade dos países para lidar com seus impactos. Com decisão unívoca, 195 países se comprometeram a implementar ações para a descarbonização da economia dentro de um arcabouço legal comum: o objetivo de zerar as emissões líquidas até a segunda metade deste século, manter o aumento da temperatura média global em menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e não poupar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Iniciativas e medidas voltadas à mitigação são importantes, necessárias, mas insuficientes, considerando-se que o aquecimento verificado no planeta até o momento já gerou uma série de impactos que serão intensificados no curto prazo, e é preciso se preparar e criar estratégias para lidar com esses fenômenos em curso. Assim, um segundo direcionamento importante no debate climático é o da **adaptação e aumento da resiliência**, orientado a formas de assimilação das mudanças, a partir da proposição de medidas imediatas e atentas às características locais e que permitam a convivência dos territórios e suas populações com os impactos de eventos climáticos – por exemplo, levando em consideração os novos padrões de regimes de chuvas na construção e funcionamento de hidrelétricas, nos modelos de produção agrícola ou na infraestrutura das cidades para lidar com inundações e deslizamentos; criando estrutura para preservar construções e cuidar das populações de áreas litorâneas diante do aumento do nível do mar e eventos climáticos extremos; e assim por diante.

Diante desses desafios e tendências, o que está posto no campo climático é a necessidade de serem desenvolvidos novos modelos e soluções. Nesse sentido, as mudanças climáticas podem ser vistas também como oportunidades para a alteração nos padrões de produção e consumo e a criação de tecnologias, mercados, pesquisas e outras iniciativas orientadas a conciliar crescimento econômico com as perspectivas social e ambiental.

(..) a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das vulnerabilidades a esta são importantes para o desenvolvimento sustentável. A adaptação pode garantir a segurança alimentar e hídrica, diminuir os riscos de desastres, melhorar a saúde e reduzir a pobreza e a desigualdade.

Climainfo, 2019

MUNDO

1992

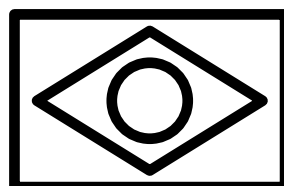
2009

2012

2015

2016

BRASIL



Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei 12.187/2009): determina que o país reduza suas emissões projetadas de 36,1% a 38,9% até 2020. Para o alcance dessas metas, a lei estabelece o desenvolvimento de planos setoriais de mitigação e adaptação nos âmbitos local, regional e nacional. Além disso, cria instrumentos para sua execução, como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Comunicação do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, dentre outros.

NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) do Brasil: diante do pacto global do Acordo de Paris, cada país ratificou seu compromisso e apresentou sua contribuição de redução de emissões dos gases de efeito estufa por meio das NDCs. A NDC do Brasil se compromete com uma redução de 37% das emissões de gases de efeito estufa até 2025 e de 43% até 2030 (tendo como base as emissões de 2005). Para isso, o país buscaria aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas e ampliar a participação de energias renováveis na composição da matriz energética.

Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) (Portaria nº 150): instrumento elaborado pelo governo federal em colaboração com a sociedade civil, setor privado e governos estaduais, que tem como foco a redução da vulnerabilidade nacional e gestão dos riscos relacionados à mudança climática. O Plano enfatiza o papel do governo federal na promoção à adaptação à mudança do clima, em especial na gestão do conhecimento e informação e na definição de mecanismos de coordenação.

2

DESVENDANDO O PROBLEMA: QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENVOLVIDOS?

A amplitude do debate em torno das mudanças climáticas traz consigo uma diversidade de desafios. Ter clareza sobre as questões sociais e ambientais presentes nesse campo é fundamental para se pensar caminhos de atuação legítimos e alinhados aos problemas reais da sociedade e do planeta. A seguir, são destacados alguns desses desafios, a partir do que vem sendo mais enfatizado por especialistas nos diálogos em torno desse tema.

SENSIBILIZAÇÃO E ADEÇÃO À AGENDA

- Perspectiva arraigada de que há uma dicotomia entre crescimento econômico e preservação ambiental, como sendo dimensões excludentes (sobretudo no caso de países em desenvolvimento).

- Dificuldade de construção de uma agenda coletiva de longo prazo para as questões climáticas, que se sobreponha às mudanças governamentais.

- Restrição do debate sobre sustentabilidade e questões ambientais a um pequeno grupo de especialistas e ao campo ambientalista.

- Comunicação pouco efetiva do conhecimento técnico produzido em relação às questões ambientais; a narrativa em torno do tema de mudanças climáticas é distante e difícil de conectar à população em geral – apesar de ela ser diretamente afetada por seus impactos.

- Dificuldade de compreensão do tema de mudanças climáticas de modo mais abrangente e que considere sua complexidade – não como um fenômeno exclusivamente ambiental, mas sim envolvendo também as dimensões social e econômica.

GOVERNANÇA E FINANCIAMENTO NA ÁREA CLIMÁTICA NACIONAL

- Desmobilização das instâncias responsáveis pela agenda climática (como por exemplo em torno do CIM – Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, e seu Grupo Executivo, entre outras).

- Restrições por parte do governo federal na elaboração e atualização dos instrumentos de proposição e acompanhamento das políticas climáticas (não foram produzidos o plano de implementação da NDC brasileira ou o plano de longo prazo para o ano de 2050, por exemplo).

- Concessões políticas na área ambiental: flexibilização da lei de licenciamento ambiental; redução de áreas protegidas; ampliação do limite de regularização para grilagem de terras; cancelamento das demarcações de terras indígenas.

- Flexibilização do Código Florestal: as sucessivas prorrogações do prazo do Cadastro Ambiental Rural impedem a recuperação do passivo ambiental e a punição a proprietários com situações irregulares.

- Pouca concessão de crédito para agricultura de baixo carbono (no Plano Safra e nas linhas de investimento do governo).

- Risco de perda do Fundo Amazônia em função do aumento do desmatamento, pois a queda das emissões de carbono a partir do controle do desmatamento é uma das condicionantes para que organizações (especialmente as internacionais) aportem recursos ao fundo.

- Poucos recursos nacionais financiando as principais organizações que atuam com a questão climática no Brasil (em sua maioria mantidas a partir de investimento internacional).

- Conjuntura política desfavorável ao debate ambientalista: cenário hostil à atuação das organizações da sociedade civil e perspectiva de afrouxamento do controle ambiental.

MODELO DE PRODUÇÃO

- Atual modelo de produção com altas emissões de carbono, incompatível com o desenvolvimento sustentável.

- Indústria brasileira, de modo geral, com pouca abertura à inovação em seus processos de produção.

- Dúvidas sobre como criar alternativas economicamente competitivas: inexistência de estratégias consolidadas para financiamento de uma economia verde e inclusiva, no sentido de valorar elementos que, na lógica econômica tradicional, não o são (ex: uma floresta preservada, que mantém estoque de carbono e outros serviços ecossistêmicos).

DESMATAMENTO

- Problemas de regularização fundiária e ausência do Estado na regulação de terras e na fiscalização do desmatamento – no Brasil, grande parte do desmatamento é provocada para garantia de posse de terras (grilagem) e, neste mercado, a terra desmatada é mais valorada do que a com floresta.

- Conjuntura política de flexibilização do desmatamento: avanço dos territórios desmatados, abarcando Amazônia e também o Cerrado brasileiro.

MODELO DE TRANSPORTE

- Modelo centrado em modais individuais e dependentes de matriz energética de combustíveis fósseis (petróleo) – tanto no caso do transporte de passageiros, quanto no de cargas.

- Modelo de transporte excessivamente rodoviário, com poucas alternativas por outras vias, como a fluvial ou ferroviária.

- Exclusão social e territorial de grupos mais vulneráveis como decorrência de fenômenos climáticos: chuvas intensas, enchentes ou deslizamentos de terra comumente impactam os deslocamentos humanos, principalmente de pessoas mais expostas a situações de vulnerabilidade.

3

CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

As possibilidades de atuação no tema de mudanças climáticas são diversas, podendo estar voltadas à redução nas emissões de gases de efeito estufa, ao desenvolvimento de baixo carbono, à restauração e conservação de florestas ou, ainda, ao aumento da resiliência e adaptação. As ações podem passar pelo desenvolvimento de tecnologias, infraestrutura, realização de estudos para embasar posicionamentos, projetos de reflorestamento, de conservação ou de alteração nos modelos de produção de energia, educação e conscientização da sociedade sobre as questões climáticas, dentre muitos outros focos.

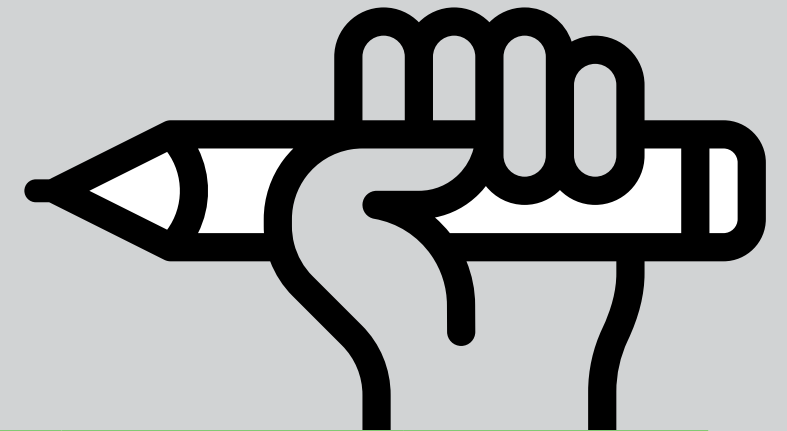
Nesse horizonte de campos de intervenção social, ao lado de outros atores – como o poder público, outros atores da sociedade civil e a academia –, o ISP pode ter um papel estratégico em diferentes frentes: sua atuação pode ser **mais focada no tema** – por exemplo, tendo mudanças climáticas como uma linha temática de investimento – ou se dar de **modo transversal a outras áreas e iniciativas já desenvolvidas** pelas organizações. Além disso, pode incluir diferentes estratégias, desde o financiamento em projetos que desenvolvam soluções para as questões climáticas até a produção de conhecimento sobre o tema, passando pelo fomento a práticas sustentáveis nas cadeias produtivas de empresas e pela articulação e incidência em políticas climáticas.

A tabela a seguir sintetiza as possibilidades de linhas de atuação do ISP no tema mudanças climáticas abordadas neste guia e os *cases* ilustrativos de cada uma delas, que são detalhados em seguida.



+ SAIBA MAIS

Veja o [vídeo com a fala de Carlos Rittl, do Observatório do Clima](#), sobre a importância de o ISP se aproximar do tema de mudanças climáticas.



LINHAS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS	O QUE O ISP PODE FAZER?	CASES
A \ INCORPORAÇÃO DO TEMA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE MODO TRANSVERSAL AS ÁREAS DE ATUAÇÃO JÁ EXISTENTES	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a importância e urgência das mudanças climáticas sobre áreas e grupos mais vulneráveis e sua conexão com outros campos 	INCORPORAÇÃO DO RECORTE CLIMÁTICO À AGENDA DE PRIORIDADES DA ORGANIZAÇÃO	Linha de apoio da IKEA Foundation voltadas a clima
		criação de linhas de financiamento específicas voltadas às mudanças climáticas dentro da estratégia de doações voluntárias	Eixo de mudanças climáticas da Children's Investment Fund Foundation (CIFF) Criação do programa de Clima no Instituto Arapyau
		criação de área de mudanças climáticas para conexão com o tema central da organização	
B \ FOMENTO A INICIATIVAS INOVADORAS VOLTADAS A QUESTÕES CLIMÁTICAS	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer, induzir e impulsionar organizações e atores que já desenvolvem trabalhos relevantes na área de clima e que possam ser potencializados 	MAPEAMENTO E FINANCIAMENTO A PROJETOS RECONHECIDAMENTE EXITOSOS	Solar sisters Lab SAF – Laboratório de Negócios Agroflorestais (Conexus – Instituto Conexões Sustentáveis)
		criação de fundos específicos voltados a projetos de enfrentamento às mudanças climáticas	Lab de Inovação em Clima (Climate Ventures)
		APOIO INSTITUCIONAL A ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL	Fórum de Mulheres Líderes sobre a Ação Climática (Mary Robinson Foundation)
		FOMENTO A EMPREENDEDORES E NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL VOLTADOS A QUESTÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO DO RISCO CLIMÁTICO	
		APOIO A ORGANIZAÇÕES "MEIO" QUE FORTALEÇAM INICIATIVAS VOLTADAS ÀS QUESTÕES CLIMÁTICAS	
		RECONHECIMENTO DOS ATORES ATUANTES NOS TERRITÓRIOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL SOB A PERSPECTIVA CLIMÁTICA	
		FOMENTO E INVESTIMENTO EM REDES DE ORGANIZAÇÕES VOLTADAS À MOBILIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	

C DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTAS FINANCEIRAS	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver mecanismos de mercado que reconheçam o valor dos recursos naturais, favoreçam atividades econômicas sustentáveis e reduzam o risco do investimento 	FOMENTO A ESTUDOS E À MODELAGEM DE MECANISMOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS VOLTADOS A INICIATIVAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	Fundo de investimento da Rizoma Estudo sobre investimento de impacto para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (Sitawi – Finanças do Bem)
		criação de grupos, redes ou fóruns voltados ao compartilhamento de riscos e aprendizados a partir da experimentação de novos mecanismos ou ferramentas	Movimento de desinvestimento em combustíveis fósseis Rede Dinheiro e Consciência Brasil
D FOMENTO A MODELOS SUSTENTÁVEIS DE NEGÓCIO	<ul style="list-style-type: none"> Influenciar o desenvolvimento de negócios sustentáveis que minimizem os impactos ambientais negativos em sua cadeia de produção ou que permitam a adaptação do público-alvo aos impactos da mudança do clima 	QUALIFICAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DAS EMPRESAS MANTENEDORAS DOS INSTITUTOS E FUNDAÇÕES	Kit bicombustível (Grupo Boticário) Fornecimento da Cestaria Baniwa de arumã para a Tok&Stok (em parceria com ISA)
		SENSIBILIZAÇÃO E PARCERIAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS	Edital Compromisso com o Clima (Natura e Itaú Unibanco)
E PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o desenvolvimento e comunicação de pesquisas voltadas às questões climáticas 	APOIO FINANCEIRO PARA VIABILIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTUDOS	SEEG e MapBiomas (Observatório do Clima)
		DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISAS	Plataforma AdaptaClima (Ministério do Meio Ambiente, GVces, British Council e IIED)
		SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS DE INICIATIVAS EXITOSAS NA ÁREA CLIMÁTICA	Chamada de Casos de Soluções Baseadas na Natureza (Fundação Grupo Boticário e GVces)
F MOBILIZAÇÃO PARA A CAUSA CLIMÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> Gerar mobilização e engajamento na sociedade com as questões ambientais e climáticas, criando e difundindo uma agenda positiva e atrativa em relação ao tema 	DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO EM FORMATO SIMPLES E INOVADOR	Believe (Alana Foundation) Documentário <i>"Amanhã é Hoje – O Drama de Brasileiros Impactados pelas Mudanças Climáticas"</i> (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Artigo 19, Conectas Direitos Humanos, Engajamundo, Greenpeace, Instituto Alana e ISA)
		DESENVOLVIMENTO OU APOIO A PROJETOS COM PROPOSTAS EDUCATIVAS VOLTADAS ÀS QUESTÕES CLIMÁTICAS	Campanha SOLução (Engajamundo)
G ADVOCACY PARA QUESTÕES CLIMÁTICAS	<ul style="list-style-type: none"> Influenciar a formulação de políticas regulatórias e a alocação de recursos públicos para questões climáticas 	DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS PRÓPRIAS DE ADVOCACY PARA A CAUSA CLIMÁTICA	Projeto Indicadores de Belo Monte Programa Mais Ônibus, Menos Diesel
		APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO A ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E FÓRUNS DE ARTICULAÇÃO QUE ATUAM COM ADVOCACY PARA QUESTÕES CLIMÁTICAS	Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
		POSICIONAMENTO POLÍTICO EM REDE	

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

A Incorporação do tema de mudanças climáticas de modo transversal às áreas de atuação já existentes

O fortalecimento de uma perspectiva que aproxime e integre os olhares para os campos ambiental e social, superando uma falsa cisão entre natureza e sociedade, pode trazer contribuições importantes para a atuação do ISP. A compreensão do tema de mudanças climáticas como algo urgente e conectado a outras temáticas que as organizações desse campo já atuam – como educação ou saúde, para citar alguns exemplos – é um dos caminhos de incorporação do tema de modo estratégico.

Essa opção implica na compreensão do risco das mudanças climáticas sobre áreas e grupos mais vulneráveis, podendo se concretizar de diferentes formas:

INCORPORAÇÃO DO RECORTE CLIMÁTICO A AGENDA DE PRIORIDADES DA ORGANIZAÇÃO

explicitando sua conexão com as áreas centrais de atuação.



Não é exatamente um tema novo – simplesmente uma nova perspectiva de responsabilidade, tentando fazer com que a próxima geração tenha possibilidade de conviver com as mudanças climáticas –, mas sim de pensarmos em soluções inovadoras, também nos negócios, medindo o seu papel e a sua responsabilidade no tema climático.

Ana Toni, Instituto Clima e Sociedade



+ SAIBA MAIS

Veja o vídeo com a fala de Ana Toni, do Instituto Clima e Sociedade, sobre a importância de o ISP se aproximar do tema de mudanças climáticas.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

A Incorporação do tema de mudanças climáticas de modo transversal às áreas de atuação já existentes



criação de linhas de financiamento específicas voltadas a mudanças climáticas dentro da estratégia de doações voluntárias

Muitas organizações possuem linhas mais amplas de atuação – como infância e adolescência, educação, saúde, cultura, entre outras – e, dentro delas, estruturam editais ou outras estratégias de investimento social mais específicas, voltadas a agendas consideradas prioritárias – e as questões climáticas podem ser elegidas como uma delas.

inspire-se!

ÁREA DE ATUAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS ESTRATÉGICA PARA UM FUTURO MELHOR DAS CRIANÇAS - CHILDREN'S INVESTMENT FUND FOUNDATION (CIFF)

A Children's Investment Fund Foundation (CIFF) é uma das maiores organizações filantrópicas do mundo voltada à melhoria da qualidade de vida na infância. Com a missão ampla de transformar as vidas de crianças e adolescentes pobres de países em desenvolvimento, as áreas de atuação abarcadas pelos trabalhos da instituição passam por: saúde materno infantil, saúde sexual de adolescentes, nutrição infantil e combate à escravidão e à exploração infantil.

Atualmente, o tema de *enfrentamento às mudanças climáticas* é um dos dois eixos prioritários de atuação da Fundação – ao lado de *proteção de crianças em situações de escravidão e violência sexual* –, entendendo-se que elas representam a maior ameaça para o futuro das crianças.

Dentro deste eixo, a organização trabalha com os temas de energia, redução de gases de efeito estufa, cidades sustentáveis, qualidade do ar, descarbonização industrial e reflorestamento.

inspire-se!

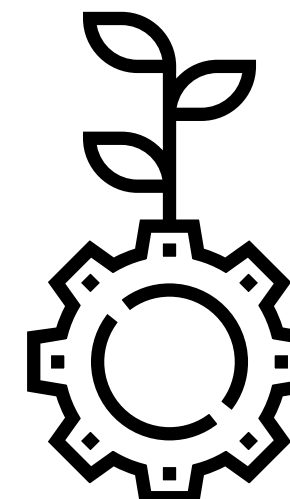
LINHA DE APOIO A PROGRAMAS VOLTADOS ÀS QUESTÕES CLIMÁTICAS DA IKEA FOUNDATION

A IKEA Foundation atua de modo abrangente na área da infância e adolescência e pobreza, apoiando o que chamam de *programas holísticos*, de longo prazo e que busquem promover mudanças significativas e duradouras. Para isso, quatro são as áreas mais abrangentes de atuação da Fundação: habitação (“ter um lugar para chamar de casa”), educação de qualidade, saúde (“um início de vida saudável”) e geração de renda (“renda familiar sustentável”).

Nos últimos anos, a organização criou uma linha de apoio a programas relacionados ao enfrentamento às mudanças climáticas, afirmando o compromisso de “proteger nosso planeta ao mesmo tempo que criamos uma vida melhor para famílias de comunidades vulneráveis” (Per Hegggenes, CEO da IKEA Foundation – tradução livre). Foram lançados dois ciclos de financiamento à temática do clima, somando 700 milhões de euros a serem investidos entre 2015 e 2023 – a chamada de projetos mais recente teve como foco a redução das emissões de carbono, a adaptação de comunidades às mudanças climáticas e o acesso à energia renovável.

criação de área de mudanças climáticas para conexão com o tema central da organização

Se as questões climáticas ganham força dentro da temática central de atuação, é possível que ela passe a ser incorporada como uma área de atuação em si – com planejamento, equipes, recursos e desenho programático próprios – podendo ainda estar vinculado, ou não, à causa principal da organização (educação, saúde, infância, redução da pobreza, etc.).



inspire-se!

criação do programa de clima no Instituto Arapyau

O Instituto Arapyau é uma fundação privada que tem como proposta articular organizações e lideranças, conhecimentos e ações para promover a transição para uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Para tal, aportam recursos financeiros, conhecimento e relações

a parceiros que trabalham na linha de frente da promoção da sustentabilidade.

Criada em 2008, a organização realizou apoios pontuais relacionados a questões de clima desde 2012 e, a partir de 2014, passou a estruturar mais sua ação nesse tema, com a criação e participação na *Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura*. Compreendendo a urgência das questões climáticas e a importância da floresta em pé para a economia

e para a sociedade como um todo, a partir de 2015 – em um momento em que o mundo estava voltado para este debate com a celebração do Acordo de Paris –, o Arapyau estruturou um programa específico de Clima, que tem como foco o combate ao desmatamento. Esta área é voltada ao engajamento dos diversos setores para a criação de políticas públicas e negócios sustentáveis com foco na valorização das florestas.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

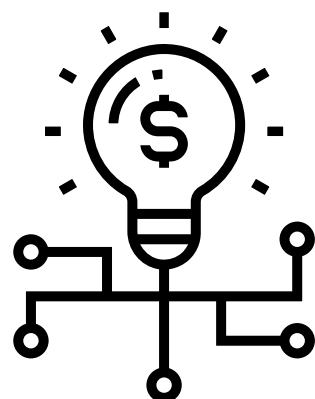
B Fomento a iniciativas inovadoras voltadas a questões climáticas

Para um instituto ou fundação que opte pela atuação na área de clima, um caminho relevante e estratégico é o fomento à criação e fortalecimento de iniciativas inovadoras voltadas a esse tema. Nesse sentido, o ISP tem o papel de reconhecer, induzir e impulsionar organizações e atores que já desenvolvem trabalhos relevantes e que possam ser potencializados. Para tal, os institutos e fundações podem realizar:

inspire-se!

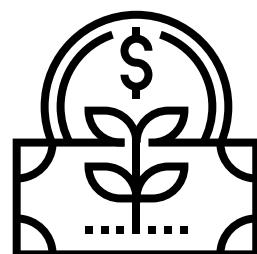
LABORATÓRIO DE NEGÓCIOS AGROFLORESTAIS DESENVOLVIDO PELA CONEXSUS - INSTITUTO CONEXÕES SUSTENTÁVEIS, EM PARCERIA COM FUNDO VALE, KAETÉ INVESTIMENTOS E FUNDAÇÃO CERTI

O Lab SAF - Laboratório de Negócios Agroflorestais é uma iniciativa da Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, em parceria com Fundo Vale, Kaeté Investimentos e Fundação Certi, que reúne uma rede de organizações sociais, instituições de pesquisa e inovação, empresas e empreendedores sociais em um laboratório de inovação aberta voltado à construção de alternativas de negócios que envolvam sistemas agroflorestais (SAFs) - em especial, direcionadas à recuperação e conservação das florestas, produção sustentável e aumento de renda de produtores. A iniciativa atua com foco em tecnologia florestal, novos modelos de investimento e arranjos sociais com organizações locais e tem como perspectiva funcionar como um espaço para teste e inovação na busca por soluções para as questões climáticas. O projeto aposta no intercâmbio e no desenvolvimento tecnológico entre projetos para ativar um ambiente de cooperação técnica e de compartilhamento de aprendizados.



MAPEAMENTO E FINANCIAMENTO A PROJETOS RECONHECIDAMENTE EXITOSOS

que tenham viabilidade e resultados comprovados, com a intenção de possibilitar sua replicabilidade e ganho de escala. Esse apoio financeiro pode ser realizado por meio de editais ou por doações diretas.



CRIAÇÃO DE FUNDOS ESPECÍFICOS VOLTADOS AO SUPORTE FINANCEIRO DE PROJETOS DE ENFRENTAMENTO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GESTÃO DO RISCO CLIMÁTICO

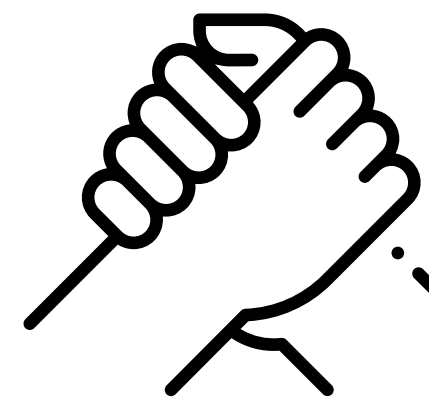
em parceria com outras organizações públicas ou privadas.

inspire-se!

FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO FEMININO VOLTADO À PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA EM COMUNIDADES RURAIS NA ÁFRICA - SOLAR SISTERS

A Solar Sisters é uma organização que capacita e dá suporte a mulheres para criarem negócios sustentáveis em suas comunidades, voltados à produção de energia limpa. Para isso, a equipe da organização seleciona, treina e apoia novas empreendedoras, além de fornecer produtos e equipamentos a elas. A partir da participação no projeto, as empreendedoras ganham renda e vendem os produtos diretamente a pessoas que não têm acesso à energia.

A organização já envolveu 3.400 mulheres e gerou acesso à energia limpa a mais de 1,4 milhões de pessoas em três países africanos: Nigéria, Tanzânia e Uganda.



APOIO INSTITUCIONAL A ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL

sem necessidade de vinculação do investimento financeiro a projetos específicos, mas sim com a intenção de reconhecer e fortalecer a autonomia de organizações voltadas à causa climática.



FOMENTO A EMPREENDEDORES E NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL VOLTADOS A QUESTÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO DO RISCO CLIMÁTICO

o que pode envolver: apoio financeiro (pressupondo retorno financeiro ou não, sobretudo nas fases iniciais de desenvolvimento das soluções e ampliação dos modelos de negócio), capacitação, mentoria (jurídica, marketing, finanças, etc.), aceleração, criação de hubs e laboratórios, premiações, dentre outros.

inspire-se!

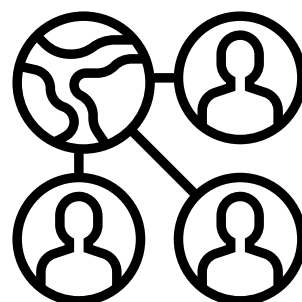
LAB DE INOVAÇÃO EM CLIMA DA PLATAFORMA CLIMATE VENTURES

A Climate Ventures é uma plataforma de inovação e ação coletiva que tem como propósito acelerar uma economia regenerativa de baixo carbono. Trata-se de uma iniciativa conjunta entre governo, empresas e sociedade civil que tem como parceiros principais o Instituto Clima e Sociedade, o Instituto Arapyaú e a Aoka.

Buscando conectar clima, tecnologia, negócios e finanças, dentre as principais iniciativas da plataforma está o Lab de Inovação em Clima, um espaço de ação coletiva voltado a líderes de organizações de diferentes setores colaborarem para a formulação de soluções concretas para as organizações e para o ecossistema, catalisando processos de inovação. O Lab reúne um grupo curado de 50 participantes convidados de diferentes tipos de instituições e setores e conta com o apoio técnico de mentoria (conhecimento e direcionamento estratégico) de 28 especialistas do campo em diferentes áreas dentro do tema mudanças climáticas.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

B Fomento a iniciativas inovadoras voltadas a questões climáticas



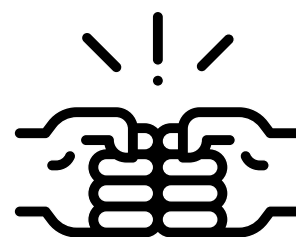
FOMENTO E INVESTIMENTO EM REDES VOLTADAS A MOBILIZAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Além de impulsionar a criação e contribuir com a animação desses espaços, o que constitui um desafio contínuo, os institutos e fundações podem realizar investimentos na estrutura dessas redes.

RECONHECIMENTO DOS ATORES ATUANTES NOS TERRITÓRIOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL SOB A PERSPECTIVA CLIMÁTICA

com participação das empresas, governos locais e sociedade civil: é importante fortalecer uma visão integrada para atuação nos territórios, identificando iniciativas já desenvolvidas por outras organizações e buscando potencializar seus resultados de forma articulada. O maior exemplo da importância dessa perspectiva é a Amazônia, onde uma série de atores privados e públicos desenvolvem projetos que poderiam ser mais aderentes às necessidades das populações e mais vinculados à pauta socioambiental se fossem estruturados em planos integrados.



APOIO A ORGANIZAÇÕES "MEIO" QUE FORTALEÇAM INICIATIVAS VOLTADAS AS QUESTÕES CLIMÁTICAS

como aceleradoras, incubadoras e outras plataformas de suporte a essas iniciativas.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

C Desenvolvimento e implementação de ferramentas financeiras

Um importante campo de discussão e atuação na área climática, e ainda bastante incipiente, é a criação de ferramentas financeiras que permitam desenvolver mecanismos de mercado que reconheçam o valor dos recursos naturais, favoreçam atividades econômicas sustentáveis e reduzam o risco do investimento.

A precificação ou taxaço de carbono se trata justamente da elaboração de mecanismos financeiros que favoreçam mais as atividades que emitem menos carbono e taxem mais aquelas com alta emissão.

Para tornar viáveis ferramentas como essas, é preciso internalizar os impactos ambientais gerados pelas empresas em sua contabilidade e métricas financeiras. O desafio aqui está em romper com uma lógica arraigada no modelo econômico vigente e criar espaço para a criatividade e para o desenvolvimento de alternativas.

Nesse sentido, os institutos e fundações podem trazer importantes contribuições, considerando-se seu papel voltado à inovação, por um lado, e seu diálogo com a iniciativa privada, por outro. Para tanto, as organizações do ISP podem atuar em:



O Brasil só tem a ganhar com a precificação de carbono. Temos matriz limpa e vantagens que nos colocam na frente, e não podemos perder tempo. As empresas, que estão reguladas, querem a precificação e sabem que isso é irreversível.



Marina Grossi,
presidente do CEBDS

inspire-se!

ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM DE MULHERES LÍDERES SOBRE A AÇÃO CLIMÁTICA, PARALELO À CÚPULA DO CLIMA DA SECRETARIA GERAL DA ONU - MARY ROBINSON FOUNDATION

Com a intenção de garantir espaço e voz às mulheres nos debates mais relevantes do mundo em torno das mudanças climáticas, a Mary Robinson Foundation organizou um fórum que ocorreu paralelamente ao encontro oficial da Cúpula do Clima da Secretaria Geral da ONU em 2014. O fórum "Mulheres liderando o caminho: ampliando a ambição para a ação climática" reuniu mulheres líderes de 54 países que trabalham ativamente em questões de mudança climática, com foco na discussão dos desafios enfrentados e soluções desenvolvidas.



FOMENTO A ESTUDOS E À MODELAGEM DE MECANISMOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS VOLTADOS A INICIATIVAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

inspire-se!

ESTUDO DA SITAWI FINANÇAS DO BEM SOBRE POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTO DE IMPACTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

Fruto de uma iniciativa da plataforma Parceiros Pela Amazônia (PPA), a Sitawi Finanças do Bem realizou o estudo “Investimento de impacto na Amazônia: caminhos para o desenvolvimento sustentável”, que avalia uma série de instrumentos financeiros e estratégias de mitigação capazes de alcançar resultados ambientais, sociais e econômicos para a região da Amazônia – incluindo os modelos de financiamento mistos (*blended finance*, que combinam recursos de doação com instrumentos financeiros reembolsáveis). Além disso, são investigadas cadeias de valor, tipos de empreendedores e tipos de investidores com potencial de envolvimento e transformação da economia da Amazônia brasileira.

inspire-se!

EMPRESA RIZOMA DE AGRICULTURA REGENERATIVA BUSCA ESCALA A PARTIR DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO

A Rizoma é uma empresa que investe em agricultura regenerativa na região do cerrado, com a missão de torná-la tanto eficiente quanto benéfica para o meio ambiente. Para isso, tem como objetivo aplicar nos sistemas produtivos uma prática que seja ecologicamente consciente, associada ao bem-estar animal, à responsabilidade social e à viabilidade econômica.

Depois de uma série de estudos e pesquisas, o modelo desenhado consegue produzir a mesma quantidade de gado usando 30% da área, sequestrar 6,4 toneladas de gás carbônico por ano por hectare e ter uma taxa interna de retorno superior a 15%. Toda a tecnologia desenvolvida na iniciativa é *open source*, aberta para que outros agricultores possam utilizá-la, assim como o acesso às informações do negócio (indicadores, custos, produção, etc.).

Lançada em 2018, a iniciativa tem sua atuação baseada em três frentes: operação agrícola; pesquisa e desenvolvimento; e fundos de investimento. Sobre esta última, propõe-se a criação de um fundo de investimentos de até R\$ 200 milhões para arrendar terras e investir no plantio de grãos – com a meta de chegar a 1 milhão de hectares de terras regeneradas no país até 2030. Para isso, pretende atrair investidores interessados em obter retorno financeiro e contribuir com um propósito.

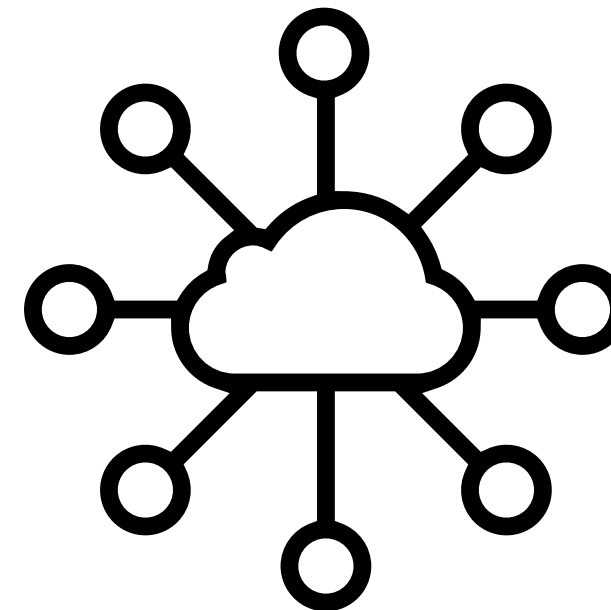
CRIAÇÃO DE GRUPOS, REDES OU FORUNS VOLTADOS AO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS E APRENDIZADOS A PARTIR DA EXPERIMENTAÇÃO DE NOVOS MECANISMOS OU FERRAMENTAS

inspire-se!

MOVIMENTO DE DESINVESTIMENTO EM COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Lançado em 2011 por estudantes preocupados com as questões climáticas, o movimento de desinvestimento de combustíveis fósseis propõe que instituições dos mais diversos tipos (desde associações médicas até organizações religiosas ou museus) diminuam seus investimentos e gastos com custeio de empresas envolvidas diretamente na produção e distribuição de carvão, gás e petróleo.

A campanha observa um crescimento intenso de seu alcance: quase 1.000 investidores institucionais (com 6,25 trilhões de dólares em ativos) se comprometeram a desinvestir em combustíveis fósseis – um aumento de 120 vezes em relação ao montante de 52 bilhões de dólares mobilizados quatro anos antes. Além disso, o movimento se espalha rapidamente pelo mundo: além de Estados Unidos e Europa, já conta com parceiros no Brasil, Índia e África do Sul.



inspire-se!

REDE DINHEIRO E CONSCIÊNCIA BRASIL, UMA PARCERIA ENTRE FUNDAÇÃO AVINA E ECOSOCIAL

Uma realização da Fundação Avina e do EcoSocial, a Rede Dinheiro e Consciência Brasil agrega pessoas e organizações em torno do compromisso de criar no Brasil uma instituição financeira baseada em valores. A primeira rodada de investimentos foi lançada em 2018 e, dentre os negócios que recebem investimentos, estão iniciativas que contribuem para as questões climáticas (como, por exemplo, bicicletas de baixo custo que possibilitam o acesso a meios de transporte de baixa emissão de carbono pela população de baixa renda).

A inspiração da iniciativa vem do banco holandês Triodos Bank: tem como missão financiar empresas, instituições e projetos que promovam valores culturais e beneficiem a sociedade e o meio ambiente.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

D Fomento a modelos sustentáveis de negócio

O conceito de *capital natural* se refere ao estoque de recursos naturais renováveis e não renováveis (como ar, água, solo, vegetação etc). Essa expressão busca enfatizar a importância desses recursos para o desenvolvimento das atividades econômicas (da mesma maneira que outros recursos tradicionalmente valorizados pelo mercado, como trabalhadores, máquinas ou dinheiro), destacando seu valor e os benefícios envolvidos em sua conservação também a partir da perspectiva de mercado. Na mesma linha, os **serviços ecossistêmicos** são definidos como as contribuições diretas e indiretas dos ecossistemas à economia e ao bem-estar da humanidade.

Ao mesmo tempo que todas as atividades empresariais dependem desses recursos e serviços, elas também provocam externalidades junto à sociedade e ao meio ambiente que afetam diretamente a sua produção e conservação. Conhecer os impactos positivos e negativos gerados é importante para administrar os riscos e aproveitar possíveis oportunidades para o negócio.

Nesse sentido, um campo de atuação de extrema relevância para o ISP pode ser o de influenciar o desenvolvimento de negócios sustentáveis que minimizem os impactos ambientais negativos em sua cadeia de produção ou que permitam a adaptação do público-alvo aos impactos da mudança do clima.

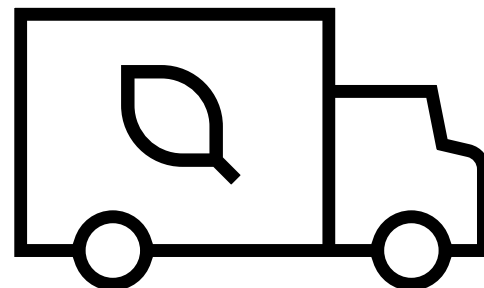
As organizações do ISP – sobretudo os institutos e fundações empresariais – podem buscar influenciar as práticas e modelos de produção das empresas às quais estão vinculadas, fomentando também a criação de negócios sustentáveis, bem como lançando estratégias de comunicação e sensibilização para outras empresas. Nessa linha, em síntese, as organizações do ISP podem atuar em:



+ SAIBA MAIS

Sobre capital natural e sobre serviços sistêmicos nos vídeos produzidos pela P22_ON (FGVces).

Sobre as possibilidades de atuação do ISP em relação aos negócios das empresas às quais se vinculam, leia as publicações Alinhamento entre o investimento social privado e o negócio e Guia de tendências e práticas do Investimento Social Empresarial, realizadas pelo GIFE.



QUALIFICAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DAS EMPRESAS MANTENEDORAS DOS INSTITUTOS E FUNDAÇÕES

As organizações do ISP podem influenciar positivamente as práticas de produção, distribuição e gestão das empresas, propondo aperfeiçoamentos na cadeia produtiva, desde o uso de produtos da floresta em pé até a instalação de placas solares nos escritórios, passando pela revisão dos meios de transporte dos produtos ou pela aquisição de bens e serviços de fornecedores que tenham práticas sustentáveis.

inspire-se!

KIT BICOMBUSTÍVEL PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NA CADEIA DE DISTRIBUIÇÃO DO GRUPO BOTICÁRIO

Considerando o impacto de emissão de gases de efeito estufa pelos caminhões que transportam seus produtos, o Grupo Boticário passou a monitorar as emissões das frotas utilizadas em sua cadeia logística e identificou oportunidades de melhorias. Assim, a empresa passou a utilizar o “kit bicombustível”: a frota das transportadoras passou a ter adaptações nos motores que possibilitaram a utilização de gás natural como combustível (diminuindo a necessidade de uso de diesel). Outra iniciativa foi a otimização das rotas e percursos e o aumento da eficiência na utilização do espaço dos transportes (uso vertical da carga levando ao aproveitamento do espaço vazio). Adotando essas medidas, foi possível reduzir em 19,6% a emissão de gases de efeito estufa pela frota em 2016 (em comparação com o ano anterior).

inspire-se!

CESTARIA BANIWA DE ARUMÃ COMO FORNECEDORA DA TOK&STOK, A PARTIR DE PARCERIA DESENVOLVIDA PELO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)

O Projeto Arte Baniwa de produção e comercialização de cestaria de arumã tem como intenção valorizar

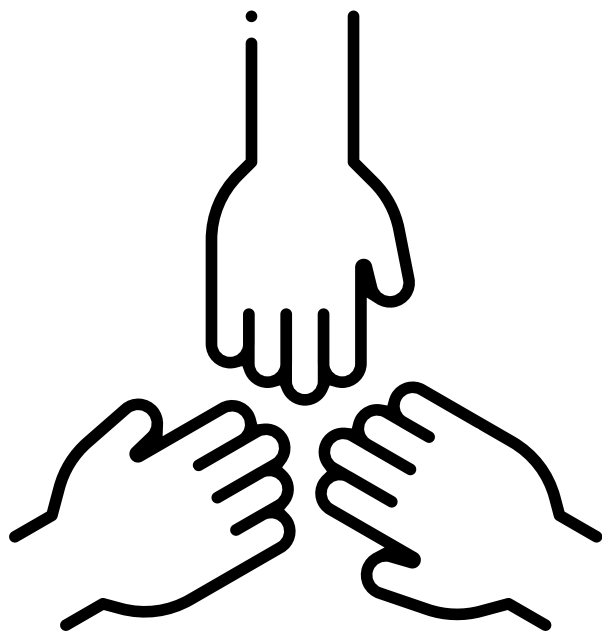
o patrimônio cultural das comunidades indígenas envolvidas, ao mesmo tempo em que atua em nichos de mercado compatíveis com sua capacidade de produção e, assim, gera renda para produtores indígenas e suas associações e contribui para o uso sustentável dos recursos naturais. A iniciativa é uma parceria entre a Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Instituto Socioambiental (ISA).

O ISA teve um papel importante na identificação e estabelecimento da parceria comercial com a Tok&Stok, que passou a ter os baniwa como fornecedores e, para isso, buscou compreender e acolher a história da sua arte e flexibilizar alguns procedimentos padronizados para os fornecedores. Os recursos obtidos com a venda dos produtos remuneram os produtores, cobrem custos operacionais e são aplicados em projetos de interesse das associações baniwa.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

D

Fomento a modelos sustentáveis de negócio



SENSIBILIZAÇÃO E PARCERIAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

Além das próprias empresas mantenedoras, é possível buscar influenciar práticas sustentáveis no campo empresarial de modo mais abrangente, o que pode gerar impactos ambientais de escala relevante.

Nesse sentido, a iniciativa privada tem a oportunidade de assumir um discurso considerado legítimo por organizações pares, uma vez que há um compartilhamento do entendimento sobre os desafios práticos de desenvolver um modelo que alie conservação da natureza e desenvolvimento econômico, capazes de gerar mudanças mais significativas.

inspire-se!

CONVITE DA NATUREA E ITAÚ UNIBANCO A EMPRESAS PARA ADERIREM AO PROGRAMA COMPROMISSO COM O CLIMA

Com a intenção de criar uma estratégia para compensação de 550 mil toneladas de carbono, em 2017, Natura e Itaú Unibanco se uniram lançando o edital *Compromisso com o Clima*, que selecionou

projetos socioambientais de impacto positivo e de baixo carbono voltados à geração de energia renovável, conservação da Amazônia (combate ao desmatamento e desenvolvimento das comunidades da floresta), agricultura sustentável, dentre outros. A seleção das iniciativas apoiadas se baseou em uma avaliação dos riscos e impactos socioambientais realizada por especialistas do Instituto Ekos Brasil.

Numa segunda fase, em 2018, o projeto teve como objetivo estimular novos

parceiros e fornecedores a neutralizarem suas emissões, aderindo ao movimento e potencializando as iniciativas apoiadas, com a possibilidade de conhecerem os desenvolvedores dos projetos de modo simples, conveniente e transparente. Dessa forma, as empresas buscam criar uma rede de organizações interessadas em potencializar suas estratégias de compensação de gases de efeito estufa, promovendo iniciativas de baixo carbono com impactos socioambientais positivos.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

E

Produção e disseminação de conhecimento

É consenso que o fortalecimento da agenda do clima no Brasil passa pelo direcionamento de esforços e recursos para o desenvolvimento dos trabalhos de instituições voltadas à pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema. Nesse campo o ISP pode ocupar um importante papel, em especial no que se refere a:



APOIO FINANCEIRO PARA VIABILIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTUDOS

As possibilidades de objetos de estudo relevantes são diversas, incluindo: análise de custos e oportunidades para adaptação aos impactos das mudanças do clima; caminhos para *downscaling* dos modelos globais para o nível municipal/regional; mensuração dos impactos do desenvolvimento de tecnologias voltadas à conservação da natureza ou formas alternativas de produção; dentre tantos outros.

inspire-se!

MONITORAMENTOS DE GASES DE EFEITO ESTUFA E USO DO SOLO - OBSERVATÓRIO DO CLIMA

O Observatório do Clima é uma rede com mais de 40 organizações não governamentais envolvidas com a pauta ambiental e que tem como objetivo discutir a questão das mudanças climáticas no contexto brasileiro. O Observatório promove encontros com especialistas da área, produz e dissemina conhecimento e faz articulações sociais e políticas para influenciar os compromissos governamentais e a produção de políticas públicas direcionadas à adaptação quanto à mudança do clima. Dentre as iniciativas voltadas à produção de mapeamentos e monitoramento de temas relacionados às questões climáticas, destacam-se:

■ **Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG):** realiza estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa no Brasil (baseadas em dados oficiais), produz documentos analíticos sobre a evolução das emissões e disponibiliza as informações em um portal na internet, garantindo o acesso gratuito e simplificado (por meio de mapas ou tabelas).

■ **Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil - MapBiomias:** iniciativa que se propõe a contribuir para o entendimento da dinâmica do uso do solo, realizando estudos que gerem uma série histórica de mapas anuais de cobertura e uso da terra no Brasil. O projeto procura desenvolver, implementar e disponibilizar (para outros países e regiões) uma metodologia rápida, confiável e de baixo custo para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo do Brasil (a partir de 1985). Para isso, conta com especialistas em biomas, usos da terra, sensoriamento remoto, SIG e ciência da computação, além de uma rede colaborativa de cocriadores formada por organizações da sociedade civil, universidades e empresas de tecnologia. A iniciativa é financiada por um grupo de oito organizações nacionais e internacionais do ISP: Iniciativa Internacional de Clima e Florestas da Noruega (NICFI), Gordon & Betty Moore Foundation, Instituto Arapyau, Climate and Land Use Alliance (CLUA), Good Energies Foundation, Instituto Clima e Sociedade (ICS), Instituto Humanize e Children's Investment Fund Foundation (CIFF). A plataforma conta, ainda, com parceria (termo de cooperação técnica) com o Google para o processamento distribuído e automatizado dos dados.

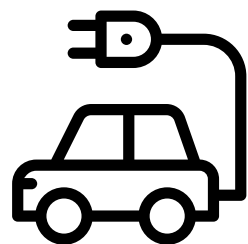
3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

E \ Produção e disseminação de conhecimento

inspire-se!

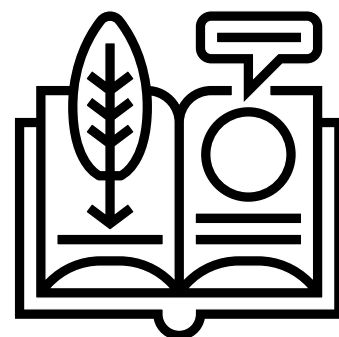
PLATAFORMA ADAPTACLIMA, UMA PARCERIA ENTRE GOVERNO FEDERAL, GVCES, BRITISH COUNCIL E IIED

A *AdaptaClima - Plataforma de Conhecimento em Adaptação* é uma ferramenta com a intenção de sistematizar e disponibilizar informações e materiais sobre adaptação à mudança do clima, contribuindo para o acesso ao conhecimento e conectando os atores desta agenda no Brasil. O projeto é fruto de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, o Fundo Newton (operado pelo British Council), o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-EAESP (GVces) e o International Institute for Environment and Development (IIED).



SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS DE INICIATIVAS EXITOSAS NA ÁREA CLIMÁTICA

Considerando-se que muitas ações bem-sucedidas têm sido desenvolvidas para lidar com as mudanças do clima, consolidar e disseminar os conhecimentos e tecnologias acumulados pode trazer importantes contribuições para o fortalecimento dessa agenda, garantindo a continuidade, visibilidade e ampliação dessas ações e inspirando iniciativas similares.



DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISAS

Para lidar com o desafio de restrição do debate e baixa disseminação do conhecimento sobre questões climáticas a um pequeno campo especializado, as organizações do ISP podem apoiar o desenvolvimento de formas simples e eficazes de comunicação dos conhecimentos acumulados nessa área.

inspire-se!

CHAMADA DE CASOS DE SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA - FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO E CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FGV (FGVCES)

Em 2017, a Fundação Grupo Boticário e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (FGVces), com apoio do Ministério do Meio Ambiente, lançaram uma chamada de casos voltada a iniciativas (de empresas, governos, sociedade civil ou universidades) que buscassem enfrentar os diversos problemas existentes em nossa sociedade, tendo a natureza como parte da solução.

Os 15 casos selecionados foram divulgados em uma edição especial e bilingue (português e inglês) da revista Página 22 - uma publicação especial da FGV voltada para temas relacionados a mercado e sustentabilidade -, financiada pela Fundação Grupo Boticário.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

F \ Mobilização para a causa climática

O tema de mudanças climáticas ainda é distante da maioria das pessoas. Além de o debate ser restrito a um campo técnico e acadêmico, existe pouco conhecimento que chegue de forma simplificada e que acesse a sociedade em geral. Esse cenário conforma em si um forte paradoxo, uma vez que o tema de mudanças climáticas é urgente e já gera uma série de impactos que afeta a vida cotidiana da população: chuvas extremas resultando em grandes enchentes, a propagação de uma série de doenças transmitidas por insetos ou períodos de estiagens prolongadas, para citar apenas alguns exemplos, ainda são comumente vistos de forma isolada – como fatalidades ou “coisas da natureza” – dissociados da ação humana.

Dessa forma, é importante pensar em maneiras inovadoras e criativas de se ampliar o conhecimento sobre o tema e, principalmente, implicar as pessoas em um debate que lhes diz respeito, que se trata de algo real (e não de mera especulação sobre o futuro) e que, portanto, requer medidas urgentes de todos os setores da sociedade.

Assim, o ISP pode desempenhar esse papel de gerar mobilização e engajamento pelas questões ambientais e climáticas, criando e difundindo uma agenda positiva e atrativa em relação ao tema. Isso pode ser feito por meio de:



DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO EM FORMATO SIMPLES E INOVADOR

voltadas à construção de narrativas que visibilizem as consequências das mudanças climáticas e comuniquem histórias positivas e relevantes relacionadas ao tema.

inspire-se!

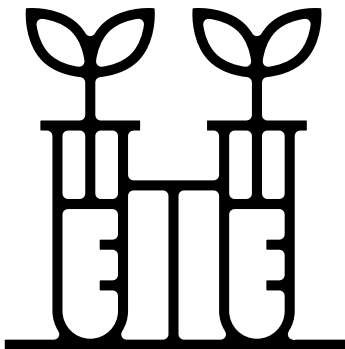
DOCUMENTÁRIO “AMANHÃ É HOJE - O DRAMA DE BRASILEIROS IMPACTADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS”

O documentário “Amanhã é Hoje - O Drama de Brasileiros Impactados pelas Mudanças Climáticas” (2018), dirigido por Thais Lazzeri, é uma realização coletiva entre Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Artigo 19, Conectas Direitos Humanos, Engajamundo, Greenpeace, Instituto Alana e Instituto Socioambiental (ISA).

A partir de seis histórias ilustrativas, o documentário mostra como as mudanças climáticas já são uma realidade que afetam a vida de pessoas em diferentes regiões do Brasil.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

F Mobilização para a causa climática



DESENVOLVIMENTO OU APOIO A PROJETOS COM PROPOSTAS EDUCATIVAS VOLTADAS AS QUESTÕES CLIMÁTICAS

por meio de criação de projetos em escolas, organizações de educação não formal e coletivos de jovens.

inspire-se!

CAMPANHA SOLUÇÃO DO ENGAJAMUNDO

O Engajamundo é uma organização que funciona como uma rede de jovens, baseada na crença de que as juventudes constituem atores fundamentais na busca de soluções para os desafios sociais e ambientais do mundo. Por meio de formações, mobilização e ações de ativismo, a iniciativa busca empoderar a juventude brasileira para compreender, participar e incidir em processos políticos internacionais. A atuação está focada em cinco áreas

temáticas, sendo clima uma delas (ao lado de biodiversidade, cidades, desenvolvimento sustentável e gênero).

Uma das campanhas desenvolvidas pela rede é a SOLUÇÃO, que está vinculada a uma ação global mais ampla, a Climate Action Network, rede internacional de organizações que atuam na agenda climática. Por meio de uma petição e de treinamentos nas escolas sobre geração de energia, o projeto se propõe a capacitar jovens estudantes para atuarem politicamente para pressionar as escolas e o poder público a investirem em transição energética.

inspire-se!

ATIVADOR DE NARRATIVAS POSITIVAS BELIEVE - ALANA FOUNDATION

O Believe é um projeto do Alana Foundation que se identifica como um ativador de narrativas positivas, orientado pela missão de fortalecer causas de impacto socioambiental por meio da articulação de parcerias e cocriação de campanhas. Dentre os casos contados, é possível encontrar iniciativas relacionadas ao plantio de árvores e restauração florestal, enfrentamento à indústria

petrolífera, resistência indígena, redução dos níveis de consumo de energia e emissão de poluentes, dentre outros tantos.

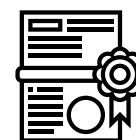
A plataforma conta histórias de pessoas (“seres humanos que acreditam, inspiram e fazem”), fatos (“ações transformadoras e projetos inovadores ao redor do planeta que traçam caminhos para a construção de um futuro possível”) e soluções (“ciência acessível para reverter a crise climática e construir o planeta que queremos”). Os casos inovadores e com impacto relevante na sociedade e no planeta podem também ser

acessados pelas lentes da Agenda 2030, por exemplo, selecionando aqueles que estejam relacionados com o ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima. Há ainda uma seção que permite o acesso a conteúdos vinculados a organizações parceiras, dentre as quais estão algumas ambientalistas importantes, como WWF-Brasil, Greenpeace Brasil ou ONU Meio Ambiente, além de outras iniciativas voltadas a temas de sustentabilidade, como o Sistema B, o Instituto Neomundo, o coletivo Conexão Planeta e o projeto Amazonia Live (Rock in Rio).

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

G Advocacy para questões climáticas

Finalmente, num âmbito mais macro, as organizações do ISP podem ser atores relevantes no desenvolvimento de estratégias que busquem influenciar a formulação de políticas regulatórias e a alocação de recursos públicos para questões climáticas. Nesta frente, é possível:



DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS PRÓPRIAS DE ADVOCACY PARA A CAUSA CLIMÁTICA

em especial no caso de institutos e fundações que possuam equipes especializadas no tema e linhas de atuação consolidadas de advocacy.

inspire-se!

PROJETO INDICADORES DE BELO MONTE PARA MONITORAMENTO DAS CONDICIONANTES AMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA

O projeto Indicadores de Belo Monte busca monitorar o cumprimento de um conjunto de condicionantes do licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte (Pará) e avaliar os resultados das políticas públicas e ações que se relacionam com essas medidas e os impactos no desenvolvimento na região que recebe o empreendimento.

Os temas monitorados no âmbito do projeto são: educação, saúde, saneamento básico, deslocamentos compulsórios no meio rural, malária e fiscalização ambiental; há também um conjunto de indicadores voltados às questões indígenas, que abarcam a proteção das terras indígenas, regularização fundiária e comitês de participação social.

A iniciativa é realizada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVCes) e financiada e supervisionada pela Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes da UHE Belo Monte (CT-5) do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX).

APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO A ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E FÓRUMS DE ARTICULAÇÃO QUE ATUAM COM ADVOCACY PARA QUESTÕES CLIMÁTICAS



investindo no desenvolvimento de capacidades dessas organizações para atuarem na causa de clima. Nessa linha, é possível apoiar iniciativas na área regulatória, financiar ações específicas ou planos de advocacy, fomentar o trabalho de observatórios voltados ao monitoramento de políticas públicas, dentre outros caminhos.

inspire-se!

COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA

A *Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura* é um movimento multissetorial, composto por instituições do agronegócio, organizações da sociedade civil atuantes na área de meio ambiente e clima, representantes do meio acadêmico, associações setoriais e empresas de diversas áreas.

A iniciativa promove o diálogo entre esses campos e atores tão diversos em torno de questões decorrentes das mudanças climáticas, a partir da perspectiva de uma nova economia, baseada na baixa emissão de gases do efeito estufa.

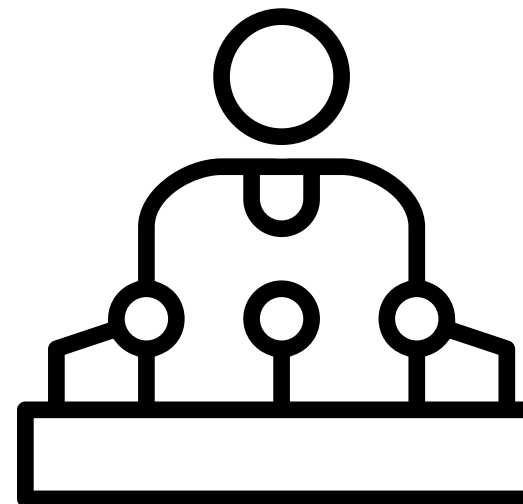
A Coalizão defende políticas e incentivos econômicos que aproveitem as vantagens comparativas do Brasil e posicionem o país como protagonista global de um “novo modelo de desenvolvimento, mais próspero, justo e sustentável, gerador de emprego e renda”. Sua atuação é orientada por um documento que reúne propostas concretas relacionadas às emissões de gases de efeito estufa e economia de baixo carbono – que envolvem o fim do desmatamento e da exploração ilegal de madeira, a recuperação de áreas degradadas, o ordenamento fundiário, a proteção social de comunidades, o estímulo à produção competitiva e sustentável de alimentos, produtos florestais e bioenergia, dentre outras. A articulação tem como proposta contribuir com o governo brasileiro, promover o diálogo aberto com diferentes entidades e empresas e estabelecer alianças de cooperação internacional.

inspire-se!

PROGRAMA MAIS ÔNIBUS, MENOS DIESEL PRESSIONA O PODER PÚBLICO PARA TRANSPORTE PÚBLICO COM COMBUSTÍVEIS LIMPOS

O programa *Mais Ônibus, Menos Diesel* é um chamado para organizações de municípios brasileiros criarem campanhas de mobilização para transformarem o transporte público em suas regiões. A iniciativa selecionou campanhas em três cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Campinas e João Pessoa) para serem apoiadas e criarem capacidades para pressionarem os poderes públicos locais a aprovarem uma legislação que garanta combustíveis limpos. Para isso, o programa oferece aos projetos selecionados recurso financeiro (10 mil reais para cada um deles), mentoria, apoio na estratégia de mobilização e comunicação, conhecimento técnico e rede de apoio.

O programa é uma iniciativa conjunta entre Greenpeace, Idec, Instituto Saúde e Sustentabilidade, Minha Sampa, Purpose e Rede Nossa São Paulo, que se consolida a partir de uma experiência bem-sucedida em São Paulo, que conseguiu aprovar em 2018 uma legislação que prevê a substituição anual dos ônibus a diesel por combustíveis limpos até 2037. Para isso, foi realizada uma campanha de mobilização e engajamento da população junto ao poder público local e com a mídia a fim de pressionar a Câmara dos Vereadores pela aprovação da lei.



POSICIONAMENTO POLÍTICO EM REDE

A atuação e posicionamento em conjunto com outros atores pode trazer um fortalecimento dos discursos e ações, sobretudo em contextos políticos desfavoráveis ao debate socioambiental.

Possibilidades de temáticas específicas para *advocacy* dentro da agenda ambiental

- Aprimoramento da gestão e planejamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima com efetiva participação da sociedade;
- Fortalecimento do papel dos governos locais para adaptação e estabelecimento de metas para estados e municípios, em especial, visando o aumento de sua resiliência e garantindo a "verticalização" do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima;
- Legislação de responsabilidade climática, que preveja transparência às projeções de emissões associadas às políticas e planos de desenvolvimento e o estabelecimento de pactos internos para cumprir as metas assumidas pelo Brasil;
- Agenda de governança climática do Brasil, em âmbito federal,

orientada pela ciência e que reflita o novo momento da agenda e compromissos climáticos globais;

- Contraposição a propostas e negociações com o poder legislativo que possam levar a retrocessos ou flexibilizações na legislação ambiental;
- Rediscussão do papel do petróleo na economia brasileira;
- Elaboração de política pública voltada para incentivos e soluções (não apenas no controle) na área ambiental e climática.
- Estabelecimento de regulamentação para a precificação de carbono no Brasil;
- Implantação do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e estímulo à Recuperação das áreas com passivos ambientais para restauração e recuperação, com lentes climáticas (foco na restauração de áreas vulneráveis aos impactos da mudança do clima, reduzindo riscos de secas ou enchentes).

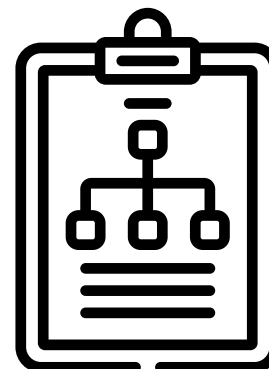
4

RECOMENDAÇÕES FINAIS PARA ATUAÇÃO DO ISP

O debate de mudanças climáticas é, ao mesmo tempo, urgente e distante da sociedade. Essa contradição é reforçada por uma perspectiva que distancia as dinâmicas sociais e o desenvolvimento econômico das questões ambientais, como se esses campos fossem excludentes. A atuação do ISP nessa temática é capaz de trazer aportes importantes para o cenário climático brasileiro, sobretudo, em função das oportunidades envolvidas em seu papel de fomentador de inovação e articulação entre atores e setores diferentes.

Como é possível observar na seção anterior, as possibilidades de atuação do ISP no tema de enfrentamento às mudanças climáticas são diversas e, em síntese, incluem linhas de:

- Fomento à inovação de modelos e soluções (mapeamento, reconhecimento, incubação, aceleração e disseminação de iniciativas inovadoras);
- Apoio financeiro direto a iniciativas (projetos socioambientais, plataformas de dados, pesquisa acadêmica e aplicada, capacitações);
- Influência nos modelos de produção e econômicos;
- Produção e disseminação de conhecimento (apoio à pesquisa, sistematização e disseminação de práticas);
- Sensibilização e engajamento para o tema;
- *Advocacy* para questões climáticas (articulação entre diferentes atores e setores junto à esfera pública).



ALÉM DAS ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS ABORDADAS, ALGUNS DIRECIONAMENTOS GERAIS DE ATUAÇÃO E PAPEIS TRANSVERSAIS DO ISP PODEM SER DESTACADOS:

Trabalhar com as questões climáticas implica em buscar uma mudança de mentalidade na sociedade, enfatizando a centralidade desse tema como algo próximo das pessoas e comunidades e transversal a outras dimensões sociais.

Nesse sentido, é importante reforçar a perspectiva que alia crescimento econômico e conservação ambiental, mostrando que é possível crescer e produzir com baixas emissões de carbono.

Há relevância no fomento e atuação na área de adaptação/resiliência às mudanças climáticas, e este é um caminho estratégico para a atuação do ISP.

Induzir a inserção da sustentabilidade na própria estratégia de negócio (das próprias organizações do ISP e das empresas mantenedoras, no caso de institutos e fundações empresariais) é um ponto de partida importante e que reforça a legitimidade da atuação em outras frentes.

O ISP tem um forte potencial de multiplicar conhecimentos existentes e desenvolver ferramentas inovadoras.

As iniciativas privadas têm um papel importante na articulação com governos locais para desenvolvimento sustentável e alcance da Agenda 2030: em parceria com o setor público e sociedade civil, o setor privado pode desenvolver mecanismos inovadores na busca pelo equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável.

É fundamental promover a escuta das comunidades num novo modelo de participação social, considerando que são elas que conhecem as particularidades locais, seus problemas e alternativas; nesse sentido, os especialistas têm o papel de facilitação desse processo de escuta.

Para iniciar sua atuação na temática, é importante, antes, que as organizações do ISP reconheçam quem são os atores nos territórios que estão desenvolvendo essas agendas, para poder apoiar e potencializar o que já está sendo feito na ponta.

Realização



Promoção



Apoio



Acesse isppor.gife.org.br